

Ter, 06 de Outubro de 2009 11:50

Produção e cooperativismo

Por: Angieli Maros

Colapsos na economia mundial, concentração de renda, desvio de dinheiro público, modelo capitalista de produção e políticas públicas insuficientes. Essas são apenas algumas das razões que explicam a desigualdade financeira no país e a dificuldade apresentada pelas classes mais baixas em usufruir do mercado econômico brasileiro e também de se inserir nele.

É por isso que a economia solidária vem se apresentando cada vez mais como uma nova alternativa de geração de trabalho e renda para a sociedade. Esse tipo de mercado consiste na criação de cooperativas que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, tudo sempre visando o comércio e o consumo justos.

Nas cooperativas solidárias, os próprios participantes – que são também os produtores – definem as estratégias, a direção e a coordenação dos seus empreendimentos. Essa atividade, além de flexibilizar a viabilidade econômica entre as classes mais baixas, também atua como difusora cultural, ambiental e social das comunidades participantes.

As origens

As origens da economia solidária se encontram na primeira Revolução Industrial (século XVII). Nessa época, os artesãos começaram a ser expulsos dos mercados pela criação da máquina a vapor, que diminuiu a necessidade da mão-de-obra e, conseqüentemente, reduziu o poder de compra. A economia solidária foi, então, a possibilidade encontrada para que os artesãos pudessem continuar a fazer parte de um mercado, ainda que deslocado.

No Brasil, ela começou a se expandir no século XX através de instituições que apoiavam iniciativas comunitárias e também através da própria articulação de cooperativas populares, que viam as classes menores serem isoladas do mercado de produção e consumo.

Paul Singer, secretário nacional de economia solidária, acredita que “foi da movimentação da sociedade civil que resultaram cooperativas de trabalho, associações de produtores, empresas recuperadas e comunidades mobilizadas, as quais passaram durante muito tempo

despercebidas não só pela mídia como umas das outras. Muitas delas nem tinham idéia de que eram partes de um movimento destinado a transformar o panorama social e econômico do país”.

Em junho de 2003, durante a terceira Plenária Brasileira de Economia Solidária, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), com o objetivo de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país. Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem outros 27 fóruns estaduais em todo o território do país. O Fórum Catarinense de Economia Solidária (FCES) foi criado em 2005.

Dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) mostram que, até 2007, o número de empreendimentos econômicos solidários chegava a quase 82 mil e empregava mais de 1,6 milhão de trabalhadores. A maioria dos empreendimentos são em áreas rurais, realizados como uma alternativa ao desemprego, e a média de faturamento mensal gira em torno de R\$ 500,00. Em Santa Catarina, o número de empreendimentos até 2007 era de 690, envolvendo nas atividades 127.644 trabalhadores.

O que caracteriza organizações econômico solidárias

Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados.

Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica.

Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.

Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização

(compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização.

São singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.